

Membros do setor privado do Concex defendem a manutenção da moratória

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

Os nove membros do setor privado que integram o Conselho do Comércio Exterior (Concex) declararam, ontem, apoio irrestrito ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, pela iniciativa corajosa de propor aos credores uma negociação não convencional para a dívida externa.

Os membros do Concex, que se reuniram ontem em Brasília pela terceira vez no governo da Nova República, defendem que o Brasil não saia da moratória sem uma solução definitiva para a dívida. Eles acreditam que este é o caminho mais curto para que o País volte ao mercado voluntário.

O setor privado do Concex, que é composto por membros da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB) e da Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadoras (ABECE), considerou excelente o pronunciamento do ministro Bresser Pereira durante a reunião do órgão, sobre a dívida externa.

O ministro explicou aos exportadores que a questão da dívida não emperra devido a problema de liquidez do País, mas devido a dificuldades estruturais da economia brasileira. Segundo membros privados do Concex, Bresser Pereira assegurou que com o incremento das exportações o Brasil pode dar conta do desafio que é manter o serviço da dívida.

No entanto, é crescente a preocupação da equipe econômica com o peso da transferência de recursos de 4 a 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) para os credores. A remessa de juros referente à dívida externa do setor público é de 2 a 2,5% do PIB, explicou Bresser Pereira, o que corresponde a cerca de 40% do déficit público.

O peso dessa transferência, conforme relatam os membros do Concex, aumenta vigorosamente a expansão monetária, com conseqüente impacto inflacionário. O ministro disse,

ainda, que a economia brasileira sofre com outros problemas, como a falta de poupança interna, que está em torno de 15% do PIB quando deveria corresponder a 21% para garantir a taxa de crescimento do País.

Ante as questões estruturais da economia, a saída não convencional não é considerada radical, mas compreensível, segundo membros do Concex, pois, apesar do ajuste do País, soluções convencionais só têm agravado os problemas nacionais.

Ontem, o Concex aprovou a criação do entreposto aduaneiro de exportação, que deverá ser regulamentado nos próximos dias. Esta medida é considerada muito importante pelos exportadores, pois é um instrumento financeiro que dá possibilidade aos exportadores de receber antecipadamente os dólares referentes à venda de seus produtos no exterior, sem que a mercadoria tenha necessariamente saído do País.

Com o entreposto aduaneiro, portanto, tende a diminuir consideravelmente a pressão dos exportadores sobre as linhas de financiamento à exportação que estão tendo seus prazos cada vez mais reduzidos.

O Concex também tomou uma providência quanto aos fundos do Finex, especialmente no que se refere ao financiamento de exportação de bens de capital e serviços de engenharia, de retorno de longo prazo. De acordo com os membros privados do Concex, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) vai trabalhar com recursos identificados dentro do orçamento monetário.

Esta identificação dos recursos dará aos exportadores maior segurança quanto à contrapartida em cruzados das cambiais de exportação, sem que as operações sejam prejudicadas ou prejudiquem metas de política monetária.

Decidiu-se, também, pela criação, liderada pelo Ministério da Fazenda, de um comitê de análise de risco político de crédito, no sentido de se estabelecerem novas regras para o seguro do crédito à exportação.